



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
Direito das Sucessões: Perspectivas Atuais

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Cláudio Luís Braga dell’Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 06/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até 01 de outubro de 2025.		
DATA E HORÁRIO	De 06 de outubro a 04 de novembro de 2025 Encontro síncronos dia 13/10, 20/10 e 31/10 das 9h às 11h		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	A distância	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Sucessão legítima; Questões polêmicas envolvendo a sucessão do cônjuge e do companheiro; Regime da separação obrigatória e da convencional; Súmula 377, STF e sua apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça; Tema 1.236 do STF e futuro da questão à luz do projeto de alteração do Código Civil; Regime da comunhão parcial e alterações trazidas pelo projeto de alteração; Equiparação do companheiro ao cônjuge; cônjuge como herdeiro necessário?; Cumprimento de testamentos, interpretação e invalidades testamentárias; Conteúdos usuais de cláusulas testamentárias; Invalidades testamentárias quanto a forma: testamentos públicos e privados; Aproveitamento dos testamentos; Caducidade e rompimento de testamento; Ação de cumprimento de testamento; Anulação e redução de disposições testamentárias; Testamento de pessoa enferma e testamento em vídeo no projeto de alteração; Processo de inventário; Partilha; Colação e Sonegados; Inventário judicial; Inventariante: deveres, remoção e prestação de contas; Colação e dispensa; Pena de sonegados.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Civil. Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Alteridade, Visibilidade e Comunidade de Cidadania.		

JUSTIFICATIVA	O projeto de Reforma do Código Civil propõe diversas alterações que produzirão impactos na avaliação, tomada de decisão e julgamento em questões como a de tornar o cônjuge herdeiro facultativo, extinguir regimes de bens, não mais prevê formas ordinárias de testamento, prevê o retorno do fideicomisso, a proteção especial de herdeiros vulneráveis, introduz o testamento pupilar e o testamento em vídeo, desjudicializa o cumprimento do testamento, enfim, promove uma série de modificações substanciais no Direito Sucessório. Assim, o curso encontra sua justificativa no fato de que o Direito das Sucessões representa campo de evidente represamento da prestação jurisdicional como processos que não caminham e litigiosidade significativa, ocasionando, por parte dessa escola judicial, a necessidade de ações educacionais que auxiliem a busca de soluções para os casos concretos.
OBJETIVO GERAL	Ao término do curso o magistrado estará apto a atuar na área de direito das sucessões, em temas de direito processual e material, possibilitando o adequado enfrentamento e resolução de situações complexas em processos de inventários, arrolamentos e ações envolvendo testamentos, bem como analisando criticamente as questões atinentes ao projeto de reforma do Código Civil.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ao final do módulo 1 o magistrado será capaz de identificar e superar as polêmicas envolvendo sucessão legítima. Ao final do módulo 2 o magistrado será capaz de analisar e debater o conteúdo formal e material de testamentos. Ao final do módulo 3 o magistrado será capaz de julgar as ações complexas envolvendo os problemas mais frequentes nos inventários judiciais.
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	Renato Lima Charnaux Sertã Desembargador do TJRJ. Bacharel em Ciências Jurídicas pela PUC/Rio. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Professor da EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, nas disciplinas de Direito Civil, Direito do Consumidor, desde 2004; é o Professor Responsável pela área de Responsabilidade Civil. Professor concursado de Direito Civil da PUC/Rio, lecionando desde 1992, nas disciplinas de Direito Civil. Professor da pós-graduação da PUC/Rio, no módulo “Processo Civil nos Juizados Especiais” e no módulo “Direito das Sucessões”. Possui Formação de Formadores Enfam. Link para lattes: http://lattes.cnpq.br/9453377757813100
TUTORIA	Gustavo Kloh Muller Neves Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor da Escola de Direito da FGV-Rio e Advogado. Possui Formação de Tutores Enfam. Link para lattes: http://lattes.cnpq.br/5891769080109872
DOCENTES	Renato Lima Charnaux Sertã Desembargador do TJRJ. Bacharel em Ciências Jurídicas pela PUC/Rio. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Professor da EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, nas disciplinas de Direito Civil, Direito do Consumidor, desde 2004; é o Professor Responsável pela área de Responsabilidade Civil. Professor concursado de Direito Civil da PUC/Rio, lecionando desde 1992, nas disciplinas de Direito Civil. Professor da pós-graduação da PUC/Rio, no

	módulo “Processo Civil nos Juizados Especiais” e no módulo “Direito das Sucessões”. Possui Formação de Formadores Enfam. Link para lattes: http://lattes.cnpq.br/9453377757813100 Gustavo Kloh Muller Neves Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor da Escola de Direito da FGV-Rio e Advogado. Possui Formação de Tutores Enfam. Link para lattes: http://lattes.cnpq.br/5891769080109872 Rodrigo Reis Mazzei Doutorado em Direito Processual Civil pela FADISP (2012) e pós-doutorado pela UFES (2014). Professor da UFES (graduação e mestrado). Membro do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual) e do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Membro do IBDFAM (Instituto Brasileiro do Direito de Família) e do Conselho Superior do IAEES (Instituto dos advogados do Estado do Espírito Santo). Link para lattes: http://lattes.cnpq.br/9840880011538012 Ana Luiza Maia Nevares Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio. Vice-presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da Família do IBDFAM. Diretora acadêmica do IBDFAM-RJ. Membro do IBDFAM, IBDCivil e do IBDCONT. Advogada. Link para lattes: http://lattes.cnpq.br/5175439898665493
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	Curso composto de 3 módulos de com três encontros síncronos, bem como atividades assíncronas nos fóruns de discussão e nas questões formativas e materiais a serem elaborados/processados. Serão utilizadas também ferramentas ativas para maior participação dos alunos na construção das novas competências. Materiais que serão utilizados nas atividades propostas: Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates Questões formativas Ferramentas ativas: Mural Virtual Wiki Glossário Encontro síncrono Reaction paper

PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO Período de: Período: de 06 a 07/10	Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as).
Módulo 1 Período: de 08 a 14/10 Carga horária: 6 horas	Ementa: Sucessão legítima. Questões polêmicas envolvendo a sucessão do cônjuge e do companheiro. Encontro síncrono – dia 13/10, das 9h às 11h (2 horas) Conteúdo programático: Regime da separação obrigatória e da convencional. Súmula 377, STF e sua apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça. Tema 1.236 do STF. Regime da comunhão parcial. Projeto de alteração do Código Civil. Docentes: Des. Renato Lima Charnaux Sertã e Gustavo Kloh Muller Neves. Exposição dialogada sobre o conteúdo da aula (60 min). Estudo de casos concretos em salas simultâneas (40min). Apresentação dos resultados das discussões (20 min). Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão - leitura, postagens, comentário sobre postagem de, ao menos, um colega (2 horas) e ferramenta ativa Mural virtual (1 hora) Leitura obrigatória: (1 hora) SCHREIBER, Anderson. União Estável e Casamento: uma equiparação, em https://blog.grupogen.com.br/juridico/postagens/artigos/uniao-estavel-e-casamento-uma-equiparacao/ Manifestação da PGR no ARE 1.309.642/SP (separação obrigatória): https://www.mpf.mp.br/pgr/arquivos/2023/ARE1309642_CPTMCTF.pdf
Módulo 2 Período: de 15 a 21/10 Carga horária: 6 horas	Ementa: Sucessão testamentária. Cumprimento de testamentos, interpretação e invalidades testamentárias. Encontro síncrono – dia 20/10, das 9h às 11h (2 horas) Conteúdo programático: Conteúdos usuais de cláusulas testamentárias. Invalidades testamentárias quanto à forma: testamentos públicos e privados. Aproveitamento dos testamentos. Caducidade e rompimento de testamento. Ação de cumprimento de testamento. Anulação e redução de disposições testamentárias. Alterações trazidas pelo projeto de Código Civil. Docentes: Gustavo Kloh Muller Neves e Ana Luiza Maia Nevares Exposição dialogada sobre o conteúdo da aula (60 min). Estudo de casos concretos em salas simultâneas (40min). Apresentação dos resultados das discussões (20 min). Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão - leitura, postagens, comentário sobre postagem de, ao menos, um colega (2 horas); ferramenta ativa de elaboração de um reaction paper: estamento fictício feito pelo docente (1 hora).

	Leitura obrigatória: (1 hora) NEVARES, Ana Luiza. Testamento virtual: ponderações sobre herança digital e o futuro do testamento. https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/568
Módulo 3 Período: de 22 a 31/10 Carga horária: 6 horas	Ementa: Processo de inventário. Partilha. Colação e Sonegados. Encontro síncrono – dia 31/10 das 9h às 11h (2 horas) Conteúdo programático: Inventário judicial. Inventariante: deveres, remoção e prestação de contas. Fases processuais. Partilha. Colação e dispensa. Critérios. Pena de sonegados. Docente: Rodrigo Reis Mazzei Exposição dialogada sobre o conteúdo da aula (60 min). Estudo de casos concretos em salas simultâneas (40min). Apresentação dos resultados das discussões (20 min). Metodologia ativa e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão - leitura, postagens, comentário sobre postagem de, ao menos, um colega (2 horas) e ferramenta ativa (1 hora) Wiki sobre critérios para calcular a herança ideal na colação. Leitura obrigatória: (1 hora) POZZI, Cláudia. Repensando o instituto da colação e as novas famílias. https://ibdfam.org.br/artigos/612/Autodetermina%C3%A7%C3%A3o+e+prote%C3%A7%C3%A3o+da+leg%C3%ADtima+-+Repensando+o+instituto+da+cola%C3%A7%C3%A3o+nas+novas+fam%C3%ADlias
Módulo de Avaliação Período: 31/10 a 04/11 Carga horária: 2 horas	Questão formativa final Registro Reflexivo Avaliação de Reação Avaliação das Aulas
AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)	Fórum de discussão - 10 pontos cada (30 pontos) Mural virtual - 10 pontos Reactionpaper – 10 pontos Wiki – 10 pontos Questão formativa final – 40 pontos
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- 1. METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- 2. AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- 3. ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- 4. ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- 5. AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
- 6. FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
- 7. DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.